

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.639 - MG (2019/0334515-3)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : MANOEL BRAZ DA SILVA
ADVOGADO : DANIEL IGOR MENDONCA - MG096346N

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL REEXAME NECESSÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. LEI 11.960/09. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUMULA 111 STJ. CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. ISENÇÃO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA.

I. Nos termos do art. 42 da Lei 8.213/91, se o segurado for considerado totalmente incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação em atividade que lhe garanta a subsistência, a aposentadoria por invalidez será concedida, desde que o prazo de carência seja cumprido.

II. As alterações introduzidas pela Lei 11.960/09, impondo condenação à Fazenda Pública em juros de mora de 6% ao ano, assim como correção monetária com base em índices da poupança, não se aplicam aos feitos ajuizados anteriormente à sua vigência:

III. Nas ações relativas a benefícios previdenciários, os juros de mora incidem a partir da citação válida (Súmula 204 do STJ).

IV. Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincências (Súmula 111 STJ), sendo devidos até a prolação da sentença e não até sua publicação.

V. Estabelece o art. 10 da Lei estadual nº 12.427/96 que o INSS está dispensado do recolhimento de custas e despesas processuais, incluindo as recursais, quando litiga perante a Justiça estadual mineira.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados.

O recorrente afirma que houve ofensa aos arts. 535, 475, I, 512 e 515 do CPC/1973 e à Súmula 45 do STJ.

Sustenta, em suma, que é defeso ao Tribunal agravar a situação imposta à Fazenda em remessa necessária ou Apelação por ela interposta. Aduz que "tendo o advogado da parte autora não requerido a reabilitação, não poderia o e. TJMG modificar a sentença para agravar a condenação do INSS, incluindo na condenação a obrigação de reabilitação" (fl. 157, e-STJ).

Alega ainda contrariedade ao art. 1º da Lei 9.494/1997, com redação

dada pela Lei 11.960/2009. Argumenta que "em relação aos juros de mora e à correção monetária a serem aplicados às verbas pretéritas, anteriores à data da requisição de precatório, permanecem plenamente válidas as disposições do art 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pelo art. 5º, da Lei nº 11.960/09, conforme afirmado expressamente pelo STF" (fl. 161, e-STJ).

Sem contrarrazões.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 11 de novembro de 2019.

Observa-se que um dos temas tratados no Recurso Especial do Instituto refere-se à incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora.

A aludida matéria, porém, teve sua repercussão geral reconhecida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 870.947/SE (Tema 810 - "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009").

Em recente decisão, o STF deferiu efeito suspensivo aos Embargos de Declaração, impossibilitando a imediata aplicação do *decisum* embargado antes da apreciação pela Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida.

Vejamos:

Desse modo, a imediata aplicação do *decisum* embargado pelas instâncias *a quo*, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Ex positis, DEFIRO excepcionalmente efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais, com fundamento no artigo 1.026, §1º, do CPC/2015 c/c o artigo 21, V, do RISTF. (ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 24/09/2018, publicado em processo eletrônico DJe-204 Divulg 25/09/2018 Public 26/09/2018)

Embora a jurisprudência do STJ tenha firmado a compreensão de ser desnecessário aguardar o trânsito em julgado para adoção do paradigma estabelecido em recurso repetitivo ou de repercussão geral, deve ser respeitado o efeito suspensivo atribuído pelo STF às causas relacionadas ao supracitado Recurso Extraordinário em face da possibilidade de modificação do julgado. Nesse sentido: REsp 1.771.610/AL, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 20/11/2018.

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, a matéria trazida nas razões de Recurso Especial passou a constituir prejudicial a julgamento no âmbito desta Corte.

Ante o exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/1973 ou 1.039 a 1.041 do CPC/2015 e após a publicação do acórdão proferido no referido Recurso Extraordinário:**

a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Supremo Tribunal Federal; ou

b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da tese firmada no julgamento da matéria com repercussão geral reconhecida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator